

Participação e protagonismo Infantil em um bloco de carnaval de rua na cidade de Belo Horizonte

Participación y protagonismo infantil en un bloque de carnaval callejero en la ciudad de Belo Horizonte

João Paulo Mariano Domingues¹
Universidade Federal de Minas Gerais

Lucas Ramos Martins²
Universidade Federal de Minas Gerais

RESUMO

O objetivo deste artigo é colocar em evidência a participação de crianças e suas infâncias em um bloco de carnaval de rua da cidade de Belo Horizonte. Buscamos explorar como a participação das crianças produz saberes e conhecimentos que deslocam as ações e concepções de outras gerações. Este tema se apresenta como desdobramento de uma pesquisa de mestrado acadêmico intitulada “Insurgências juvenis no carnaval de rua em Belo Horizonte: o bloco Seu Vizinho e a luta pela afirmação do território”. Nessa pesquisa, a partir do plano metodológico de abordagem qualitativa, utilizou-se para coleta de dados a observação participante durante doze meses e a realização de entrevistas com seis jovens idealizadores e organizadores da ação. A partir deste processo de imersão no campo de pesquisa, foi possível identificar a importância da participação das crianças nesta ação coletiva e a necessidade de ampliar as discussões sobre esta temática. A partir das práticas no Seu Vizinho e os olhares sobre a infância, é possível dizer que as crianças não são meras receptoras de informações vindas dos adultos, pelo contrário, se apropriam das informações acumuladas a partir das experiências vividas com seus pares e adultos de forma a atenderem seus próprios interesses.

Palavras-chave: Participação Infantil; Protagonismo infantil; Movimento sociais e infância; Carnaval e infância.

¹ Mestre pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Doutorando em Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. Av. Pres. Antônio Carlos, 6627 - Pampulha, Belo Horizonte - MG, 31270-901 Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1844671729704598>. E-mail: marianodomingues@gmail.com

² Mestre pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Doutorando em Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. Av. Pres. Antônio Carlos, 6627 - Pampulha, Belo Horizonte - MG, 31270-901 Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6420154461622584>. E-mail: lucasramosmartins@yahoo.com.br

ABSTRACT/ RESUMEN

El objetivo de este artículo es resaltar la participación de los niños y sus infancias en un bloque de carnaval callejero en la ciudad de Belo Horizonte. Buscamos explorar cómo la participación infantil produce saberes y saberes que desplazan las acciones y concepciones de otras generaciones. Este tema se presenta como un despliegue de una investigación de maestría académica titulada "Insurgencias juveniles en el carnaval callejero de Belo Horizonte: el bloque Seu Vizinho y la lucha por la afirmación del territorio". En esta investigación, basada en el plan metodológico de abordaje cualitativo, se utilizó la observación participante durante doce meses para la recolección de datos y se realizaron entrevistas a seis jóvenes idealizadores y organizadores de la acción. A partir de este proceso de inmersión en el campo de investigación, fue posible identificar la importancia de la participación de los niños en esta acción colectiva y la necesidad de ampliar las discusiones sobre este tema. A partir de las prácticas en Seu Vizinho y de las visiones sobre la infancia, es posible decir que los niños no son meros receptores de información de los adultos, por el contrario, se apropian de la información acumulada a partir de las experiencias vividas con sus pares y adultos para servir sus propios intereses.

Keywords/Palabras clave: Participación infantil; Protagonismo infantil; Movimientos sociales e infancia; Carnaval e infancia.

INTRODUÇÃO

As noções sobre participação, protagonismo, agência e atuação social das infâncias têm conquistado espaço nas análises sociais tanto no contexto escolar como não escolar. Sobre este último, tais noções são discutidas à luz dos movimentos sociais e das ações coletivas em um importante momento em que as crianças e suas infâncias ocupam espaços como sujeitos junto a literatura acadêmica, bem como na produção de conhecimento no interior dos movimentos sociais.

Este cenário se tornou possível a partir de fissuras históricas tanto no campo teórico acadêmico, como na cena social, em que a ideia de ator social tencionou a rigidez das estruturas sociais. No caso acadêmico, em especial nas Ciências Sociais, até a década 1960, a perspectiva funcionalista dava o tom às análises sociais com autores como Talcott Parsons (1902-1979) e Robert L. Merton (1910-2003), em que era estável a noção de um “consenso ortodoxo”. Ou seja, predominava-se a ideia que as estruturas sociais eram resultado de forças sociais e políticas que os atores não podiam conhecer ou controlar (GIDDENS, 2009).

É a partir da década de 1970 com mobilizações sociais de sujeitos historicamente invisibilizados que as análises sociais demonstram um deslocamento ao reconhecer manifestações subjetivas alinhadas a organizações coletivas. Nesse cenário, observa-se mobilizações políticas nas ruas, em sindicatos, movimentos sociais, etc., como movimento negro, movimento feminista, movimento das/e de proteção das crianças, entre outros. A luz dessas organizações, noções como “o retorno do ator”, “novos atores sociais”, “novos movimentos sociais” ganham força e corroboram com análises mais centradas nos atores sociais e suas ações (TOURAINÉ, 1976).

No campo dos estudos da infância há uma crescente produção e consolidação das categorias de agência, protagonismo e participação infantil. Isso significa compreender as crianças como atores sociais e sujeitos de direito, ou seja, as crianças são sujeitos ativos na construção de suas vidas, diante das relações intergeracionais e intrageracionais, mesmo que ainda submetidas às relações de poder presentes nas estruturas sociais (JAMES; PROUT, 2015).

As participações e atuações infantis, podem ser analisadas por diferentes recortes. Entretanto, a diferença entre as abordagens escolhidas pode indicar caminhos mais normativos,

como enquadrar a atuação das crianças a partir de textos prescritivos legais ou análises de experiências concretas das crianças em seus espaços e redes de relação. (LIEBEL, 2012).

Sobre esta última possibilidade analítica que se ancora o presente texto que tem por objetivo apontar a experiência concreta de crianças junto a uma ação coletiva, a partir da participação em um bloco de carnaval de Belo Horizonte no Aglomerado da Serra³, denominado “Seu Vizinho”, além de contribuir com o debate acerca da participação infantil em ações coletivas e movimentos sociais a exemplo de trabalhos como Freitas (2015), Rosseto (2016), Gouvea, Carvalho, Freitas e Bizzotto (2019), Gouvea, Carvalho e Silva (2021), entre outros.

Assim, o atual texto apresenta um desdobramento de uma pesquisa de mestrado acadêmico intitulada “Insurgências juvenis no carnaval de rua em Belo Horizonte: o bloco Seu Vizinho e a luta pela afirmação do território”, cujo tema abarca as experiências dos jovens e o carnaval. Tal pesquisa contou com um plano metodológico de abordagem qualitativa e utilizou os instrumentos de coleta de dados a partir da observação participante com duração de doze meses e a realização de entrevistas com seis jovens idealizadores e organizadores da ação coletiva. Assim, o bloco não foi pesquisado apenas no feriado destinado ao carnaval, mas sim em todo seu processo de construção ao longo do ano – oficinas, apresentações, reuniões-, até a chegada da festa, bem como, nos momentos de avaliação posteriores ao carnaval. É diante destes dados coletados que o presente texto sustenta suas análises.

PARTICIPAÇÃO INFANTIL EM DIÁLOGOS COM O SUL GLOBAL

A temática sobre a participação infantil em documentos e marcos legais conquistou seu espaço na Declaração Universal dos Direitos da Criança – CDC, de 1959. Este documento ainda hoje se estabelece como principal legislação a nível internacional sobre os direitos das crianças e sua importância é reconhecida em documentos brasileiros nos quais o CDC foi fonte de inspiração.

No cenário brasileiro, a partir das bases do CDC os direitos das crianças aparecem de forma basilar na Constituição de 1988 e posteriormente com maior enfoque e amplitude tanto

³ O Aglomerado da Serra está entre as três maiores comunidades/favelas do Brasil e da América Latina, localizada na zona Sul de Belo Horizonte, Minas Gerais. O Aglomerado é dividido em oito Vilas: Nossa Senhora da Conceição; Nossa Senhora de Fátima; Nossa Senhora Aparecida; Santana do Cafezal; Novo São Lucas; Fazendinha; Chácara e Marçola.

a níveis de discussão como de garantia de direitos no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA de 1990 (BRASIL, 1990).

A construção do ECA garantiu em sua formulação a participação das crianças organizadas em movimentos sociais como o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua – MNMMR. Mesmo contando com a inerência das tensões geracionais, a participação, os espaços de voz e as reivindicações das crianças, em especial, aquelas que sofrem com violências e violações de direitos básicos, se tornaram importantes marcos para a legislação brasileira.

Entretanto, as bases conceituais sobre a ideia de participação postuladas no CDC e seus desdobramentos nas legislações nacionais partem de concepções epistêmicas e ontológicas do norte global e demonstram uma perspectiva homogeneizante das experiências infantis e suas múltiplas formas de participação.

Rosemberg e Mariano (2010), por exemplo, demonstram em suas análises como os discursos na Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança de 1989 estabelecem um universalismo e perpetuam uma noção de infância ocidental. Já em sua organização a redação da convenção ganha contornos geopolíticos desiguais, uma vez que “[...] Os Estados tiveram uma participação diferenciada conforme as regiões geopolíticas, com predomínio dos países ocidentais industrializados e reduzida participação dos países africanos” (ROSEMBERG; MARIANO, 2010, p. 707).

Ainda segundo os autores, os princípios de participação são marcadamente compreendidos numa lógica individual e circunscritos no “universo infantil” em instituições como a família e a escola. Além disso, a participação ganha um caráter porvir, no sentido de ser um exercício aprendido didaticamente na infância e ser exercido na prática adulta.

Gouvea, Carvalho e Silva (2021) a partir de Liebel (2012), sintetizam as críticas ao CDC e seus desdobramentos apontando tanto o caráter abstrato de participação presentes no documento, como sua perspectiva universal de experiência infantil.

Destacam-se as críticas à ausência das crianças na formulação do texto (REYNOLDS *et al.*, 2006), à indefinição do conceito de participação (TOBIN, 2013) e dos mecanismos para sua promoção (LIEBEL, 2012), desconsiderando a singularidade das formas de expressão da criança. O modelo de participação é especialmente criticado por ancorar-se na experiência das crianças dos países do Hemisfério Norte, tomada como universal, não incorporando as formas de participação das crianças do chamado Sul Global (ROSEMBERG; MARIANO, 2010; MARCHI; SARMENTO, 2017). Ao mesmo tempo, discutem-se as tensões entre os princípios da proteção e da participação (GOUVEA, CARVALHO e SILVA, 2021, p. 6).

Ao universalizar a experiência infantil a partir do Norte global, o CDC deixa de reconhecer múltiplas formas de vida infantil, seus modos de estar e participar da vida social. Tende a reduzir ao universo escolar e familiar – ocidentais – como o que se espera da infância, além de propagar princípios individualizantes na cena social. Nesse sentido, alimenta uma lógica a partir de parâmetros do que é a infância, onde e como ela pode participar na sociedade. Portanto, também produz o apagamento e a perseguição de experiências presentes nos movimentos sociais, nos povos indígenas, nas comunidades ribeirinhas, em assentamentos da luta pela terra, em vilas e favelas, nos quilombos e demais populações que se diferenciam da lógica fundamentada no Norte.

Santos (2007) fundamenta esta separação entre os pólos legitimados e apagados tendo como foco o pensamento moderno e a produção de um “pensamento abissal”. Tal pensamento estabelece separações em realidades sociais de formas “visíveis” e “invisíveis” e constituem dois universos distintos: o deste lado da linha e o do outro lado da linha. Essa separação é também conhecida como a distinção entre o Norte e o Sul. Ao Norte “deste lado da linha” os Estados Unidos e Europa; e ao Sul, “do outro lado da linha”, América Latina, África e Ásia⁴.

Tal divisão global estabelece lógicas de violência e exclusão tornando, por exemplo, a nível de legislação a inexistência das múltiplas culturas estabelecidas no “outro lado da linha”, e fundamenta, portanto, a principal característica do pensamento abissal, a saber, “[...] a impossibilidade da copresença dos dois lados da linha” (SANTOS, 2007, p. 79).

No campo da participação, em especial, a infantil, significa uma hierarquia vigente do que é reconhecido enquanto participação. Nesse sentido, a participação que vem do “outro lado da linha” não se configura como participação ou participação legítima, sendo, portanto, considerada por vezes como atos de violência com as crianças, atividade indevida, trabalho infantil, ações pouco educativas, etc.

O que buscamos demonstrar com a experiência de ação coletiva do Seu Vizinho, assim como demonstrando em movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMNR), é como a participação infantil no contexto do Sul global, em especial na América Latina e em cenários brasileiros rompem com a lógica universal de vivência e participação infantil, demonstrando as

⁴ Essa linha de separação geográfica no Globo não é linear. Há Norte no Sul e Sul no Norte.

particularidades dessas participações, seus limites e possibilidades, bem como sua importância para a sociedade.

PARTICIPAÇÃO E RECONHECIMENTO GERACIONAL: A EXPERIÊNCIA DO SEU VIZINHO

Antes de adentrar na participação e atuação social das crianças e suas infâncias, faremos uma breve contextualização do Seu Vizinho, bloco e ação coletiva.

O marco temporal de constituição e concretização do Bloco Seu Vizinho é novembro de 2014, quando começaram os ensaios da bateria para o desfile no carnaval de 2015. A ideia de montar um bloco de carnaval aconteceu a partir da vivência dos jovens da ação no próprio carnaval de rua da cidade. O primeiro contato dos jovens da ação coletiva com o carnaval da capital mineira foi em 2011, como foliões, seguindo blocos que saíam pelos bairros mais centrais da cidade, de classe média e composto, em sua maioria, por pessoas brancas e com maior acesso aos direitos sociais básicos (DIAS, 2015). Em seguida, os jovens passaram a tocar em blocos que possuíam as baterias abertas e, mais adiante, compuseram a bateria de um bloco de amigos da faculdade, participando como regentes e percussionistas. Passados alguns anos de lazer como foliões e instrumentistas foram desenvolvendo certo senso crítico em relação à música, ao compromisso musical dos participantes, ao território, aos corpos presentes, etc., da bateria da qual faziam parte. Um dos jovens sujeitos da ação coletiva afirmou durante a pesquisa: “[...] eu tive certeza que eu não queria mais aquilo ali, sabe! Tocar o que não queria, eu queria fazer música direito. E se for pra tocar de graça, vamos tocar no Morro, Velho!”.

A partir das experiências no próprio carnaval de rua da cidade, os jovens se viram diante de uma possibilidade de criação de um bloco próprio. Ao mesmo tempo isso trouxe algumas inquietações, como é possível perceber através do relato de um deles: “A gente achou isso, inegável, cê ia nos blocos, curtia o som, mas pouco preto, pobre e favelado, sendo que é a população do Brasil que mais existe, mais numerosa”. Perceber a não presença desses sujeitos, gerava um desconforto, pois uma parte significativa da cidade não estava participando da festa, como é possível perceber na seguinte fala: “Enquanto a cidade pulsava o carnaval, o morro permanecia em silêncio!”. Não se via a presença dos sujeitos negros, pobres e favelados no carnaval e ao mesmo tempo a festa não acontecia no Aglomerado da Serra. Tal inquietação

dizia respeito a um processo de dupla exclusão, em que esses sujeitos foram inibidos e impedidos tanto de participar, quanto de produzir a própria festa carnavalesca.

Dessa maneira, a partir da experiência como instrumentistas no novo ciclo carnavalesco em Belo Horizonte, eles viram a possibilidade de organizarem um bloco próprio que pudesse atrair determinados sujeitos que historicamente não tinham direito à fruição da festa, deslocando, assim, lógicas excludentes presentes nela, por meio de escolhas posicionadas, como a definição do nome e lema “Seu Vizinho: todo mundo junto e Aglomerado”

O nome “Seu Vizinho”, representa uma identidade geográfica, constituída pela “vizinhança”, moradora do Aglomerado da Serra. Ao mesmo tempo, representa uma proximidade mesmo com quem não está perto, com quem não é vizinho de muro, de vila ou mesmo de bairro. É uma forma de aproximação, uma maneira de dizer que não há barreiras para a participação e que não deveria haver limites rígidos entre os territórios e sujeitos de toda a cidade. Representa também uma abertura ao pertencimento do outro, porque ele é “seu”. Demonstra acolhimento e abertura para a co-construção, a co-presença e para o compartilhamento de experiências. Essa característica é própria da comunidade onde nasce o bloco, em que vínculos fortes de amizade e de solidariedade são construídos entre os sujeitos, evidenciando assim, um senso comunitário forte e agregador.

O lema é fruto dessa mesma reflexão. “*Todo Mundo Junto*” sugere uma cidade sem barreiras, em que todos estejam dispostos a compartilhar e construir novas experiências, sem discriminações e violências. O termo *Aglomerado* carrega o mesmo significado, reforçando a ideia de compartilhamento. E, ao mesmo tempo, representa uma raiz, uma matriz cultural, uma afirmação do contexto em que o Seu Vizinho está inserido, o Aglomerado da Serra. Portanto, lema e convicções que tencionam princípios modernos ocidentais baseados no individualismo e na exclusão. Como afirma Noguera (2020, p.15), “O Ocidente trabalha com princípios monolíticos e excludentes. A lógica da religiosidade permeia a política, a economia e os modelos educativos. Ocidente opera pela exclusão.”

Dessa forma, é possível dizer que essa experiência se desenvolve a partir da intersecção de vários elementos. Um deles é a influência do novo ciclo do carnaval de rua da cidade, uma espécie de chamamento autônomo para a ocupação dos espaços públicos, especialmente daqueles blocos com pautas sociais, políticas e culturais. Outra característica é sua relação com movimentos sociais contemporâneos e sujeitos diversos que vêm se movimentando,

incomodando e resistindo frente aos processos de exploração, violação e discriminação, desde a violenta experiência de colonização do território brasileiro (ARROYO, 2012; ZIBECCHI, 2012; 2015; 2017). Por fim, ele traz os elementos de um ativismo comunitário e local que tem caracterizado os movimentos populares contemporâneos.

A partir dessa malha heterogênea que constitui o bloco, foi possível perceber aspectos nas ações e seus/suas participantes que sinalizavam a construção de práticas educadoras, de lógicas mais democráticas de viver e de organizar as relações estabelecidas no coletivo, em que era possível perceber, por exemplo, a forte participação e vinculação das crianças. Nesse sentido, o Seu Vizinho se revelou um movimento educador, um espaço em que era possível construir conhecimentos, refletir sobre o contexto social em que estavam inseridos/as e sobre suas identidades como moradores/as do Aglomerado.

Entre as suas ações apresenta-se a oficina de percussão, que recebia crianças, jovens, adultos e idosos, em sua maioria sujeitos negros e moradores do Aglomerado da Serra. Os adultos eram em grande parte mulheres, mães de participantes e/ou de outros sujeitos do Aglomerado. Tratava-se de um espaço de formação técnica e social sobre a música percussiva, ritmos e instrumentos que faziam parte do cotidiano do carnaval, como tamborim, chocalho, surdo e caixa. A oficina, que durava todo o ano, representava um ponto de partida para a construção de uma relação mais estreita com a comunidade. Nesta ação, que desencadeou uma série de outras práticas e reflexões, houve um movimento inicial de participação das próprias crianças, que dispuseram seus corpos e saberes a partir do convite dos jovens do Seu Vizinho.

Os ensaios “abertos” de carnaval aconteciam nos três meses que antecedem o carnaval. Eram eventos que possibilitaram o acesso à cultura e ao carnaval, um convite à participação da comunidade, mas também representavam um espaço de experimentação, de convívio, de compartilhamento e de formação. Além disso, haviam os “rolês”, que eram cortejos que ocorriam no pré-carnaval em diferentes vilas do Aglomerado e tinham a intenção de incluir uma parcela mais ampla da comunidade na festança e nas pautas levantadas pelo Seu Vizinho através das conversas durante o cortejo e das músicas.

O desfile de carnaval, realizado sempre às segundas-feiras do feriado destinado à festa, era o acontecimento que mais gerava visibilidade e demandava energia dos participantes. Era o evento que movia direta e indiretamente todas as outras práticas. Ele parecia revelar nos detalhes os modos de se organizar, de ser e se relacionar do Seu Vizinho: alegre, aberto ao diálogo, diverso em sua composição e engajado politicamente. No desfile, as práticas

educadoras se revelavam desde a abertura no encontro entre gerações, em que velhas mulheres e crianças moradoras do Aglomerado protagonizaram a partir da “bênção”, da dança e do canto no início do desfile. Tais práticas se revelavam também no tema dos carnavais escolhidos: “História do Aglomerado da Serra” (2019) e “Diversidade” (2020), em que foram enfatizadas as identidades territoriais, de raça, de classe e de gênero. O desfile parecia uma síntese em forma de festa das experiências coletivas e educativas construídas e realizadas ao longo do ano.

Entre as ações realizadas, também estavam as reuniões semanais dos jovens organizadores, para o planejamento e tomada de algumas decisões importantes para a continuidade do projeto. As reuniões representavam um espaço intenso de debate e formação. Nelas, eles lidavam inicialmente com questões como o financiamento, os patrocínios, a institucionalização e também discutiam temas como racismo, homofobia, machismo, além segurança alimentar, exclusão dos sujeitos do Aglomerado das práticas carnavalescas da cidade, etc.

Essas reflexões eram ampliadas na atividade denominada “Papo-Reto”, uma reunião mensal aberta à comunidade para planejamento, organização e tomada de decisões sobre pautas importantes do bloco. Esse encontro representava um espaço abrangente e comunitário, em que se estimulava a fala e a participação de outros sujeitos com menor possibilidade de tempo. Esse momento, que propiciava a produção de reflexões críticas próprias da comunidade, como por exemplo, o preço dos instrumentos, as desigualdades presentes no território, a mobilização com a comunidade, a atuação das crianças, as negociações necessárias com os sujeitos do comércio, o tráfico de drogas e diálogos e impasses com os órgãos públicos. Essa ação era um espaço de encontro que exigia de todos os presentes reconhecimento dos diferentes sujeitos participantes e uma escuta profundamente sensível.

O lanche, presente em todos as ações anteriores, também era visto como uma oportunidade de encontro, de construção de diálogo, de criação de vínculos e de reconhecimento mútuo. O momento faz parte da metodologia de ação do Seu Vizinho. Dar-se conta das relações que se estabeleciam no cotidiano do lanche, revela uma postura educadora, que para além de passar pelas coisas ou pessoas, as experimentava e vivenciava, de modo que passavam a compreender a importância desse ambiente “espontâneo”, onde também “se constituem as resistências dos oprimidos” (FREIRE, 1989, p. 25).

PARTICIPAÇÃO E PROTAGONISMO INFANTIL NO SEU VIZINHO

Ao longo desta experiência, acompanhada e observada pelo estudo supracitado, a presença das crianças nas diversas atividades propostas pelo Seu Vizinho, bem como a importância e reconhecimento das diferentes gerações presentes nas relações que ali se estabeleciam, chamaram atenção para necessidade de reflexões que lançassem luz sobre a participação infantil, uma vez que, ao longo da história da ação coletiva se destacava a participação das crianças nas reuniões, nas oficinas de percussão, nos cortejos, entre outras atividades, bem como na percepção das outras gerações.

As crianças da ação coletiva, tinham a faixa etária entre 6 e 12 anos, em sua maioria moradoras do Aglomerado da Serra, negras e pertencentes a famílias de baixa renda. Entre o grupo não havia predomínio de participantes quanto ao gênero⁵. Tais aspectos são importantes de serem observados no sentido de compreender que para além da estrutura geracional, as crianças são atravessadas por dimensões sociais de classe, raça e gênero.

As crianças se conectaram ao Seu Vizinho na oficina de percussão. A oficina foi criada como uma possibilidade de aproximação dos sujeitos moradores do Aglomerado da Serra e, após as primeiras divulgações, *“as primeiras pessoas que vieram na oficina eram crianças e a gente nem tinha pensado em criança. A gente nem tinha pensado e elas foram as primeiras a colar”*, como afirma um dos jovens. Uma surpresa para os jovens, já que no carnaval de rua que haviam vivenciado as crianças não eram comumente vistas. Após a surpresa, *“a gente viu que tinha que modificar pra que elas sejam bem recebidas”*. Já no primeiro momento é possível perceber, por parte da ação coletiva, uma postura de acolhimento, de abertura para as possibilidades e um pontapé para o reconhecimento das crianças enquanto sujeitos sociais, ativos e participativos.

Na medida em que as demais gerações do Seu Vizinho reconheceram às crianças como participantes de sua organização e proposição de atividades, tais sujeitos passaram a legitimar a cultura infantil ali presente, e reconheceram sua potência para o coletivo, suscitando reflexões sobre a participação das crianças nos demais espaços sociais. Neste momento as crianças passaram a incorporar de forma ativa o Seu Vizinho. Exemplos dessa participação se

⁵Essa descrição foi possível através das vivências junto aos sujeitos desse coletivo, no entanto pode haver variações por se tratar de uma alter-declaração. Ou seja, trata se de uma afirmação a partir do ponto de vista do pesquisador.

estabeleceram a partir: da presença das crianças na bateria do bloco, muitas vezes em posição de destaque; na participação e proposição de discussões, como a qualidade de som do conjunto de instrumentistas, nos métodos de ensino/aprendizagem de percussão; nas oficinas e eventos, dentro e fora do Aglomerado; na proposição de repertório musical e rítmico; nos processos de planejamentos e avaliação das atividades de modo geral.

Ao mesmo tempo em que os sujeitos da ação coletiva reconhecem e legitimam a participação das crianças, eles também estavam atentos à sua condição infantil, ou seja, para que houvesse participação se fez necessário a abertura de reflexões e adaptações para que de fato se estruturasse espaços para que as crianças ocupassem com suas vozes a ação coletiva. Isso posto, há o entendimento que as crianças não teriam as mesmas participações que as outras gerações. Hutchby e Moran-Elis (1998) ao desenvolver a ideia de “competência infantil”, em que se legitima as competências das crianças em si e não em um movimento comparativo com as competências dos adultos, atentam nosso olhar para realizações e experiências das crianças como valor próprio.

Portanto, é compreensível que esses sujeitos tenham maior fluidez em reuniões e desfiles de longa duração; seguridade à alimentação e descanso; acesso a adultos mediadores, acesso a instrumentos com tamanho e peso apropriados, linguagem adequada nas reuniões, etc.

Este campo do cuidado e da proteção também é destacado na ação coletiva. Observa-se que as outras gerações ao incluir as crianças nas apresentações musicais e demais atividades fora do Aglomerado da Serra, priorizam sua integridade física, buscam respeitar e dialogar com os responsáveis legais e se preocupam em conhecer e cumprir as legislações vigentes referentes aos direitos da criança. Outra ação observada é a cultura de ouvir as próprias crianças sobre sua condição, proteção e cuidado, seus limites e possibilidades para cada atividade.

Conhecer as crianças e perceber as relações construídas entre elas e as demais gerações levou a compreensão de que as crianças no Seu Vizinho apenas poderiam ser compreendidas em uma perspectiva de análise que considera as crianças como sujeitos sociais, coprodutora de sua história e ativa nos processos políticos e culturais.

Diante da experiência social das crianças no Seu Vizinho, as abordagens reducionistas perante as crianças são desestabilizadas. A ação coletiva passa a repensar expressões de negação em torno das crianças que envolvem a ideia de incompetência, de não saber, não poder, não conhecer, não conseguir, etc. Desta forma, as crianças e suas infâncias passam a ter sentido e

significado em si mesma, de forma que sua participação seja reconhecida de forma ativa no cotidiano.

Isto posto, a experiência infantil na ação coletiva também tenciona o ideal moderno de infância que concebe primordialmente as crianças em papéis sociais rígidos e homogêneos, fixados nas instituições família e escola. Ou seja, é na modernidade, portanto, que se estabelece a institucionalização das crianças, reduzindo-as nos papéis de filhos e alunos.

Experiências de crianças em movimentos sociais como o Seu Vizinho tencionam tais papéis ao também abrir espaço para as crianças serem percussionistas, dançarinos, atuantes nas discussões políticas da ação, entre outras possibilidades. As crianças participantes do Seu Vizinho são co-construtoras daquele espaço, dispõem de seus corpos, saberes e olhares. Elas têm acesso a discussões sobre raça, classe e gênero e são convidadas a refletir sobre a presença de seus corpos na cidade. Nesse movimento, de forma direta ou indireta as crianças também convidam os jovens da ação a repensarem seu olhar sobre as infâncias, ao entendê-las como serem em si, atuantes no presente e não um simples projeto de futuro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retratamos aqui alguns elementos sobre as experiências de participação das crianças no Seu Vizinho. O protagonismo e agência das crianças nessa ação coletiva questionam o ideário hegemônico de participação infantil na vida social. As condições e limites dessa participação comunicam a complexidade da condição infantil na relação com outras gerações. No Seu Vizinho o protagonismo das crianças é reconhecido a partir da escuta sensível de suas vozes - mesmo que estas não tenham aparecido neste trabalho - na efetivação de suas proposições, no lugar de destaque e regência do bloco, da observação de seus direitos e condições nas diferentes ações e atividades realizadas.

A partir das práticas do Seu Vizinho e destes novos olhares sobre a infância, é possível dizer que as crianças não são meras receptoras de informações vindas dos adultos, pelo contrário se apropriam das informações acumuladas a partir das experiências vividas com seus pares e adultos de forma a atenderem seus próprios interesses. Ou seja, reinterpretam as informações recebidas e, desta maneira, produzem e transformam o meio social, político e cultural em que estão inseridas (CORSARO, 2011).

Assim, diferente do discurso moderno/colonial que reduz a criança a um ser passivo, esses novos olhares sobre esses sujeitos, dispõem a compreender qual é o papel ativo das crianças em seu processo de socialização e de que forma a cultura em nossa volta é interpretada e ressignificada por elas. A participação das crianças não se reduz a mera presença, mas em produção e compartilhamento de experiências, saberes e conhecimentos com o coletivo. Neste sentido, participando, criando e ocupando lugares na organização das ações, constitui a produção social, política e cultural do Seu Vizinho. Constitui o modo de ser e se organizar da ação coletiva.

Ao refletir sobre a participação de crianças em um bloco de carnaval, não se busca apenas reconhecer a experiência destas na ação coletiva. Trata-se de compreender os processos de construção de um outro tipo de conhecimento, prática política, poder social e sociedade. Enfim, uma outra forma de pensamento relacionada com e contra uma sociedade moderna/colonial. (ARROYO, 2012). Trata-se de compreender essas crianças como produtoras de saberes e conhecimentos, que estimulam a produção de outras ações, relações sociais, pedagogias e processos de aprendizagem.

Trata-se também de compreender a experiência de crianças marginalizadas pela sociedade, crianças negras, periféricas e pobres. Crianças que experienciam o racismo nas instituições que ocupam, desde a escola até a (não)ocupação de diversos espaços da cidade. Crianças que muitas vezes são fadadas a vivenciar tais violências diante do silêncio e da omissão dos adultos. E assim, por vezes, sobra também o silêncio para estas crianças. (NOGUERA, 2020). Em ações coletivas e movimentos sociais como o Seu Vizinho, como pôde ser observado a partir das metodologias utilizadas, mesmo diante dos tensionamentos geracionais, o silêncio é quebrado por vozes, por discussões e debates, por tambores, caixas e tamborins

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. **Outros sujeitos, outras pedagogias**. Petrópolis, Rio de Janeiro, editora Vozes, 2012.

BRASIL. Lei 8069/1990 **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Brasília, DF: Senado Federal: Coordenação de Edições Técnicas, 1990. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1990/lei-8069-13-julho-1990-372211-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso. 4 de abril de 2022.

CORSARO, W. **Sociologia da infância**. Trad. L. G. R. Reis. Porto Alegre: Artmed, 2011

DIAS, Paola Lisboa Codo. **Sob a lente do espaço vivido: a apropriação das ruas pelos blocos de carnaval na Belo Horizonte contemporânea**. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, Escola de Arquitetura, 2015.

FREITAS, Fábio Accardo de. **Educação infantil popular: possibilidades a partir da Ciranda Infantil do MST**. 2015. 228 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

GIDDENS, A. **A constituição da sociedade**; tradução Álvaro Cabral. – 3^a.ed.- São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

GOUVEA, M. C. S. ; CARVALHO, Levindo Diniz ; FREITAS, F. A. ; BIZZOTTO, L. M. . O protagonismo infantil no interior de movimentos sociais contemporâneos no Brasil. **Sociedad e Infancias**, v. 3, p. 21-63, 2019.

GOUVEA, M. C. S. ; CARVALHO, Levindo Diniz ; SILVA, Isabel, O. E. . Movimentos sociais, participação infantil e direitos da criança no Brasil. **EDUCAÇÃO E PESQUISA**, v. 47, p. 1-18, 2021.

HUTCHBY, I., MORAN-ELLIS, J. **Children and Social Competence: arenas of action**. London: Falmer Press, 1998.

JAMES, Allison; PROUT, Alan. **Constructing and reconstructing childhood**. London: Routledge, 2015.

LIEBEL, Manfred (org.). **Children's Rights from Below: cross-cultural perspectives**. London; New York: Palgrave Macmillan, 2012.

NOGUERA, RENATO. denúncias e pronúncias: estudos afroperspectivistas sobre infâncias e educação das relações étnico-raciais. **CHILDHOOD & PHILOSPHY**, v. 16, p. 01-22, 2020.

ROSEMBERG, F; MARIANO, C. L. A Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança: debates e tensões. **Caderno de Pesquisa**. São Paulo, v .40, n. 141, p. 693-728, set./dez. 2010.

ROSSETO, Edna R. A. A organização do trabalho pedagógico nas cirandas infantis do MST: lutar e brincar faz parte da escola de vida dos Sem Terrinha. 2016. 270 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016.

TOURAINÉ, A. **Em Defesa da Sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

ZIBECHI, Raul. Descolonizar el pensamiento crítico y las prácticas emancipatorias, **Bajo Tierra** Ediciones, Quimantú y Zambra-Baladre, 2014; Desdeabajo, Quimantú, 2015.

ZIBECHI, Raul. Territórios em resistência: cartogarfia política das periferias urbanas latino-americanas, **Lavaca**, Buenos Aires, 2008 y Zambra-Baladre, Málaga, 2012.

ZIBECHI, Raul. **Movimientos sociales en América Latina. El mundo otro en movimiento**, Desdeabajo, Bogotá, 2017.

Submetido em: 26 de outubro de 2021.

Aprovado em: 12 de dezembro de 2021.

Publicado em: 10 de agosto de 2022